

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 100.192 - MG (2018/0164050-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

**RECORRENTE : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECAO
MINAS GERAIS**

**ADVOGADOS : SILVIA DE FATIMA DA CONCEICAO RIBEIRO -
MG047867**

GLEICIANE EMANUELE DUARTE - MG088019

CLÁUDIO CARDOSO DA SILVA LEMOS - MG077758

BRUNO DIAS CÂNDIDO - MG116775

IURI ALKIMIM FAGUNDES DE PAULA - MG141700

MARIANA TORMIN TANOS LOPES - MG134268

BETÂNIA OLIVEIRA DE ANDRADE - MG150884

RENATA KANGUSSU DA CUNHA - MG102777

JULIANA MOREIRA ZEBRAL - MG141635

LUANA DIAS SOUZA HONORATO - MG138000

CAMILA LIMA SOARES - MG172500

**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS
GERAIS**

INTERES. : ROBSON ALVES DE LIMA (PRESO)

EMENTA

RECURSO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, PORTE E DISPARO DE ARMAS DE FOGO DE USO RESTRITO E PERMITIDO, SEQUESTRO E CÁRCERE PRIVADO E HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. CUSTÓDIA PREVENTIVA. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. ADVOGADO. ART. 7º, V, DA LEI N. 8.906/1994. LOCAL INCOMPATÍVEL COM SALA DE ESTADO MAIOR. RECURSO PROVIDO.

1. O simples fato de inexistir sala de Estado Maior para a custódia de advogado não é elemento suficiente para motivar a concessão de prisão domiciliar; é necessário, ainda, que o local em que ele está recolhido não preencha as condições mínimas de higiene e conforto, ou que não esteja separado dos presos comuns. Precedentes.

2. A visualização das fotografias constantes do relatório de inspeção da Comissão de Assuntos Carcerários da OAB/MG evidencia não haver condições mínimas de conforto e higiene no lugar em que está recolhido o recorrente, visto que se trata de espaço apertado, com pouca ventilação e instalações elétricas

precárias.

3. Recurso provido para substituir a prisão preventiva do acusado por prisão domiciliar, nos termos do art. 7º, V, parte final, da Lei n. 8.906/1994, enquanto não disponibilizado local condigno para a custódia do réu ou exauridas as instâncias ordinárias.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, dar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**